

CAPÍTULO 1

CONTATOS, MOBILIDADES E LÍNGUAS NO BRASIL

Raquel Meister Ko. Freitag & Mônica Maria Guimarães Savedra

1.1 INTRODUÇÃO

No bicentenário da independência do Brasil, o panorama linguístico brasileiro continua, ainda, dependente de Portugal, pelo menos no rótulo. Se à época da independência do Brasil a elite intelectual brasileira advogava por uma língua brasileira, o brasileiro, caminhos outros nos fizeram e nos fazem manter o português como a língua oficial do Brasil, como prega o artigo 13 da Constituição Federal. Mas aqui não falamos só português. A existência de outras línguas, no entanto, embora empírica e legalmente reconhecidas, não faz parte do imaginário da nação, que se molda por uma ideologia monolíngue, a de que aqui todos falamos português, a língua da integração nacional, como defendia Barbosa Lima Sobrinho (1977).

O reconhecimento da diversidade linguística no Brasil não é tarefa simples. Em apenas três momentos de nossa história, houve interesse do Estado brasileiro em saber quais são as línguas faladas no Brasil, com a inclusão nos censos populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de pergunta relativa às línguas faladas (MORELLO, 2016). Nos censos de 1950 e de 1960, o objetivo das perguntas era identificar quem não falava português, e que línguas falavam, se línguas de imigração ou línguas dos povos originários. Depois, somente no censo de 2010 o Brasil teve a informação oficial sobre línguas faladas por populações indígenas.

Sem informação, não é possível planejar ações. Se a política estatal é falha, o campo das investigações científicas sobre a diversidade linguística ganha ainda mais relevo e importância. Por exemplo, não há consenso sobre quantas línguas indígenas são faladas no Brasil. A versão de 2010 do Atlas das línguas ameaçadas da Unesco informa 190 línguas, enquanto o censo populacional de 2010 realizado pelo IBGE computou 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Esses números são diferentes dos que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aponta, que são 154 línguas, com a ressalva de que ainda há povos não contactados, o que pode aumentar a conta. Além das línguas dos povos originários, são estimadas mais de 50 línguas de imigração, além de línguas sinalizadas. As informações sobre quem as usa, no entanto, não são censitárias, por isso a estimativa.

Há ausência de dados oficiais, e quando os há, a discrepância nos números entre órgãos oficiais, como IBGE e FUNAI, o que evidencia o quanto é complexa a tarefa de investigar a diversidade linguística no Brasil. Esta coletânea se insere no domínio mais amplo da Sociolinguística, campo dos estudos das relações entre língua e sociedade, e tem por objetivo contribuir com a tarefa do levantamento da diversidade linguística no Brasil pelo viés dos estudos de contatos linguísticos.

Os estudos de contato no nosso país vêm sendo definidos pelos estudos desenvolvidos em Sociolinguística de Contato, definida por Savedra (2020) como a área que estuda situações de contato linguístico com base no referencial teórico e metodológico da Sociolinguística.

Savedra e Pupp-Spinassé (2021) traçam um perfil das pesquisas desenvolvidas na área de SC que vêm sendo reportadas no Grupo de Trabalho de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) ao longo de seus 35 anos de existência. O objetivo do artigo é dar visibilidade às pesquisas e discussões sobre os assuntos elencados no Eixo 2 do GT, intitulado “Contato, Variação e Identidade”. Nessa publicação é possível reconhecer a riqueza temática e interdisciplinar da área, que está presente em vários grupos de pesquisa em todas as regiões de nosso país e em diferentes universidades que discutem fenômenos do contato de línguas que propomos dividir em quatro grupos (SAVEDRA; PUPP-SPINASSÉ, 2021):

1) fenômenos que tratam de mudança induzida pelo contato, como: empréstimos; alternância de códigos (*code-switching*, *code-mixing*); estratégias de aquisição e uso de primeiras, segundas e n-línguas; bilinguismo/diglossia, plurilinguismo/bilingualidade/plurilingualidade e aqueles que tratam da variação e da mudança (induzida ou não) das línguas envolvidas;

2) fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária, com ou sem prestígio, e também a revitalização linguística, como consequência da manutenção e do reconhecimento linguístico e cultural dessas línguas. Trata-se daqueles que, na maioria dos casos, ocorrem por pressões externas, como forma de autoafirmação e defesa de identidade linguística e cultural, geralmente motivados por ações políticas e glotopolíticas *in vivo* para então se tornarem ações *in vitro*;

3) fenômenos que tratam desde o apagamento ou *language shifting* até a morte de línguas, o que ocorre quando uma língua tende a desaparecer ou a se modificar – embora, em muitos casos, a tendência seja que a língua desapareça; e

4) fenômenos do contato linguístico que levam à *criação de novas línguas, como os pidgins e os crioulos*, com reestruturação total da gramática.

O estudo da diversidade linguística pela vertente do contato mobiliza conceitos, muitas vezes presumidos ou tomados como sinônimos, mas que precisam ser esclarecidos. Uma perspectiva histórica dos contatos linguísticos e das intervenções estatais sobre a língua é apresentada, com o foco nos resultados: de um multilinguismo inicial a um monolinguismo generalizado promovido pelo Estado. No entanto, os estudos apresentados nesta coletânea apontam para um movimento novamente em direção ao multilinguismo, resultante das diásporas e reconhecido por políticas linguísticas estatais, e também a configuração do português brasileiro como pluricêntrico. As diásporas que propiciaram os contatos linguísticos são contextualizadas, assim como as ações para o reconhecimento da diversidade linguística. Esses aspectos são importantes para o delineamento de métodos para o estudo dos contatos linguísticos.

1.2 OS “LINGUISMOS”

No campo dos estudos linguísticos que envolvem mais de uma língua, diferentes termos e conceitos são evocados, o que aqui chamamos de “linguismos”: monolinguismo, bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo. Do mesmo modo, são encontradas diferentes adjetivações para “língua”. Não é nosso propósito construir um glossário desses termos, mas apenas clarificá-los, a fim de subsidiar as abordagens que são apresentadas nesta coletânea.

Os prefixos adicionados à base “linguismo” num primeiro momento podem significar a quantidade de línguas que indivíduos usam, dominam ou conhecem. Assim, monolinguismo se refere a uma língua, bilinguismo, a duas, trilinguismo, a três etc. Essas definições se sustentam em uma dimensão cognitiva da língua, que é de difícil mensuração prática. Conhecer uma língua não necessariamente significa usá-la. Os estudos de aquisição de L2 apontam as limitações deste modo de contar o conhecimento sobre línguas.

A perspectiva para o estudo de contatos linguísticos também considera a dimensão sociopolítica, na qual o monolinguismo não é natural ou espontâneo, mas o resultado de intervenções para a homogeneização de populações falantes de várias línguas (MONTEAGUDO, 2012), resultado que é mantido artificialmente pelo Estado.

Em oposição ao monolinguismo, em um cenário de diversidade linguística, à base “linguismo” podem ser acrescentados prefixos que adicionam quantidades não especificadas, como “multi” e “pluri”. Nessa perspectiva, plurilinguismo e multilinguismo funcionam como sinônimos. No entanto, são assumidas diferenças entre os termos, com base na definição apresentada pelo Quadro Comum Europeu para o ensino de línguas: “multilinguismo” é o termo empregado para se referir às línguas em espaço geográfico ou sociedade específicos, em uma perspectiva sociopolítica.

O multilinguismo é entendido como a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se envolverem, regularmente, com mais de uma língua em seu dia-a-dia. [...] Além disso, o termo multilinguismo é usado para se referir à coexistência de diferentes comunidades linguísticas em uma área geográfica ou geopolítica ou entidade política (EUROPEAN COMMISSION, 2007, p. 6).¹

Já “plurilinguismo” é o termo para se referir às línguas que fazem parte do repertório linguístico de uma pessoa; é um termo que recobre bilinguismo, e quantas mais línguas que mobilizem a habilidade de serem usadas para tomar parte de uma interação. Essa perspectiva é evocada nos programas de ensino de língua não materna. Assim, quando tratamos da realidade linguística do Brasil, tratamos de multilinguismo. Quando tratamos do ensino de línguas no Brasil, tratamos de plurilinguismo.

O Brasil é, portanto, uma nação multilíngue e plurilíngue, mas ainda monolíngue oficialmente. Uma língua oficial é uma língua reconhecida por instrumento normativo de uma nação. No Brasil, a única língua oficial é o português, no artigo 13 da Constituição Federal de 1988. Ter o status de língua oficial significa grande poder e abrangência: todas as comunicações do Estado devem ser realizadas nas línguas oficiais, assim como todos os documentos oficiais na língua oficial (constituição, leis etc.).²

Por efeito de ações intervencionistas do Estado, as línguas dos povos originários não são línguas oficiais do Brasil. Elas gozam de reconhecimento, como apregado nos artigos 210 e 231 da Constituição Federal de 1988:

Art. 210, § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

- 1 No original: “Multilingualism is understood as the ability of societies, institutions, groups and individuals to engage, on a regular basis, with more than one language in their day-to-day lives. [...] In addition, the term multilingualism is used for referring to the co-existence of different language communities in one geographical or geo-political area or political entity” (EUROPEAN COMMISSION, 2007, p. 6).
- 2 Desde 2002, vem ocorrendo no Brasil o processo de cooficialização de línguas em situação minoritária. As primeiras línguas que passaram por esse processo foram três línguas indígenas: Tukano, Baniwa e Nheengatu. Essas línguas foram cooficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). A lei 145, responsável pela cooficialização dessas três línguas em nível municipal, vem abrir espaço jurisprudencial para o surgimento de leis similares em diversos municípios pelo Brasil que têm garantido o status de cooficiais a tantas outras línguas indígenas e outras tantas línguas de imigração. No ano de 2022 comemora-se 20 anos do início desse processo, que se revela como um processo em crescente movimento, motivado pelas comunidades de falantes dessas línguas, com a ajuda de pesquisadores e instituições que tratam do tema do contato de línguas em nosso país. Até este ano de 2022 já são 23 línguas cooficializadas no país, sendo 13 línguas indígenas e 9 de imigração. Os dados atualizados podem sempre ser buscados na página do Instituto de Política Linguística (IPOL) (ipol.org.br).

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O reconhecimento também é o status atribuído para Libras. O art. 1º da Lei 10.436/2002 diz que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Ou seja, Libras é uma língua reconhecida, não língua oficial. O parágrafo único do art. 4º da mesma lei é taxativo ao dizer que Libras não substitui o português como língua escrita.

Mais especificamente no campo dos estudos de contatos linguísticos, existem especificidades atribuídas à língua que são importantes de serem esclarecidas.

Língua materna é entendida como a língua do contexto de aquisição. Existem situações de contatos linguísticos em que se aprende uma língua em outros contextos. Para os estudos de contatos linguísticos, línguas veiculares são importantes.

Uma koiné é língua veicular constituída a partir de base comum de uma mesma família linguística, servindo como língua de comunicação entre povos que compartilham desta mesma língua (SIEGEL, 1985).³

Mas nem sempre há bases linguísticas comuns para dar suporte à interação, contextos em que emergem pidgins, de uma maneira muito sucinta, uma língua estabelecida no contato interacional, sem descendentes. Nas situações de contato, enquanto o pidgin é uma língua veicular, uma língua crioula é uma língua decorrente de um processo que tem sido denominado de “aquisição linguística irregular”; Araujo e Araujo (neste volume) discutem essa questão.

Com esses conceitos, podemos explorar o Brasil multilíngue e o glotocídio que levou ao monolinguismo da atualidade.

3 As línguas gerais, koinés de base indígena foram muito produtivas no Brasil. Reconhecem-se duas línguas gerais, associadas aos dois troncos de famílias de línguas indígenas: a Língua geral do Norte ou Nheengatu, de base tupinambá; e a Língua geral de São Paulo, de base tupi (RODRIGUES, 1994). A primeira gramática escrita no Brasil, de José de Anchieta (1592) descreve a língua geral de base tupi. Também há evidências da existência de línguas gerais de base africana. Segundo Bonvini (2008), os africanos escravizados não eram transportados imediatamente para o Brasil (e outras colônias): após a captura, eram mantidos em entrepostos, em esperas que poderiam levar até 4 anos. Durante esse período, interações entre povos de diferentes línguas aconteciam, levando à emergência de uma língua geral, o Quimbundo. O Quimbundo não era falado na África como língua materna, mas depois passa a emergir em Angola. No Brasil, se torna língua materna e com gramática (Arte da língua de Angola, em 1697, quase 100 anos depois da língua tupi). Ainda segundo Bonvini (2008), além do Quimbundo, outras duas línguas gerais de base africana podem ser identificadas: a língua de Mina, falada na região de Minas Gerais, e resultado dos contatos linguísticos dos africanos escravizados trazidos ao Brasil com as habilidades para a mineração (região de Benim); e a língua Iorubá, língua geral mais ampla, e que cujos traços resistem ainda em situações ritualísticas.

1.3 DO MULTILINGUISMO AO MONOLINGUISMO

Lucchesi (2017) propõe uma periodização da história sociolinguística brasileira reconhecendo quatro fases: a tupinização da costa, o multilinguismo generalizado, a homogeneização linguística e o nivelamento linguístico.

Quadro 1.1: Periodização da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2017, p. 235-236)

1000-1532	1ª Fase: Tupinização da costa	Povos tupis expulsam povos primitivos, tornando o tupi e o tupinambá as línguas mais faladas no litoral brasileiro
1532-1695	2ª Fase: Multilinguismo generalizado	Baixa densidade demográfica da sociedade colonial faz com que o português conviva com as línguas gerais indígenas e línguas francas africanas. No interior do país, ocorrem eventualmente processos de pidginização/crioulização do português, e centenas de línguas indígenas se conservam nas tribos não contatadas
1695-1930	3ª Fase: Homogeneização Linguística	Imposição do português como língua hegemônica, restringindo fortemente o multilinguismo
1695-1808	Primeira vaga de aportuguesamento	O ciclo do ouro promove o afluxo maciço de colonos portugueses e escravos africanos, com o primeiro surto de urbanização do Brasil: avanço da língua portuguesa no Sudeste, e em outras regiões, com a pecuária
1808-1850	Segunda vaga de aportuguesamento	A vinda da Corte portuguesa e a Independência política aprofundam o processo de urbanização, com o avanço e a normatização da língua portuguesa. Liberação da imprensa, criação de escolas secundárias e superiores, e de associações científicas
1850-1930	Terceira vaga de aportuguesamento	Fim do tráfico negreiro acaba com a maior fonte de multilinguismo; imigração maciça de europeus e asiáticos diminui a polarização sociolinguística; normatização purista e lusitanizante se aprofunda; grande contingente de imigrantes portugueses favorece a lusitanização da língua
1930 até hoje	4ª Fase: Nivelamento linguístico	Industrialização e urbanização promovem a difusão da norma urbana culta, apagando as marcas do contato na norma popular; a norma culta se afasta do padrão lusitanizado; porém, a concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico

As intervenções estatais levaram a uma perda da diversidade linguística, com a saída de um cenário de multilinguismo funcional para um monolinguismo oficial forçado. O monolinguismo não foi uma ação estatal isolada: migrações europeias, para branquear o povo, e uma norma linguística codificada a partir do modelo lusitano de língua portuguesa fazem parte do projeto de homogeneização e nivelamento linguísticos.

Mas, lançando o olhar às diásporas e às fronteiras linguísticas, ainda muito negligenciadas, podemos identificar a emergência de novas realidades que permitem acrescentar à proposta de periodização de Lucchesi (2017) mais uma fase: a da emergência do multilinguismo e do pluricentrismo do português brasileiro, decorrentes das diásporas e políticas linguísticas estatais para a diversidade.

1.4 DIÁSPORAS E FRONTEIRAS

Historicamente associado à dispersão forçada do povo hebreu reportada na narrativa bíblica, o termo diáspora tem sido associado ao deslocamento e dispersão pelo mundo de grupos de pessoas que compartilham de alguma ancestralidade ou nacionalidade. O termo tem sido utilizado não só por grupos étnicos, mas também nas discussões acadêmicas sobre identidade, relações étnicas, migração e campos relacionados (COHEN, 2019), para caracterizar as zonas de contato das nações, culturas e regiões (CLIFFORD, 1994).

Esse conceito parece ser apropriado para explicar como outros povos e etnias chegaram ao Brasil, em substituição a migrações. A diáspora africana é, sem dúvida, a mais expressiva e substancial na formação do Brasil, e o capítulo de Araújo e Araújo, nesta coletânea, trata com mais detalhes o tema. E além dos portugueses, (em diferentes épocas), o Brasil recebeu mais imigrantes, em especial a partir do século XIX, como os alemães e italianos. No século XX, nas diásporas de guerra, novas levas de alemães e italianos, assim como poloneses, japoneses e árabes, vieram ao Brasil. Esse movimento teve continuidade no século XXI e além, com as diásporas climáticas, da fome e da exploração econômica, que fazem com que haitianos, venezuelanos, bolivianos, moçambicanos, angolanos, libaneses, chineses e coreanos, dentre tantos outros povos, que são forçados a deixar sua ancestralidade em busca de sobrevivência.

Os movimentos diaspóricos foram essenciais para a configuração do Brasil como o é hoje. Por isso, para compreender a contribuição desses povos para a diversidade linguística brasileira, é importante saber quem vinha para o Brasil, para além da identificação étnica.

Como explica Castilho (2010), não foram os portugueses que estudaram na Universidade de Coimbra, fundada em 1290 (a primeira universidade brasileira foi fundada em 1909, em Manaus, hoje a Universidade Federal da Amazônia). Cristãos novos (judeus convertidos por conta da inquisição), degredados (em vez de prender, a coroa portuguesa mandava os indesejáveis e criminosos para novas terras fora da metrópole, primeiramente nos Açores, depois para as colônias na África e no Brasil) e serviços

da corte (em especial quando da vinda da família real ao Brasil) constituíam majoritariamente as linhas de frente que enfrentaram a travessia do Atlântico em busca de novas oportunidades não por opção, mas por imposição.

A imigração europeia no século XIX, atendendo a políticas eugenistas para o branqueamento da população brasileira, também não se deu por opção ou interesse, mas como oportunidade de sobrevivência às guerras internas do processo de formação dos estados nacionais, que empobreceu a população, em especial agricultores sem escolarização, aumentando o custo da terra. Esses migrantes, em especial alemães e italianos, vinham para um país com promessa de terras e vida nova (quando chegavam aqui, não tinham o acolhimento prometido). As marcas desses povos ficaram por muito tempo às margens da história sociolinguística brasileira; nesta coletânea, os capítulos de Karolina Zaremba, e de Athany Gutierrez, Lívia Majolo Rockenbach e Elisa Battisti, e Tarimes Zortéa e Cláudia Rost Snichelotto, trazem luz sobre as contribuições linguísticas de poloneses e italianos sob a perspectiva dos contatos linguísticos. As diásporas do século XXI, decorrentes das guerras, como as dos conflitos decorrentes da independência de Angola, Moçambique, assim como no Oriente Médio, as diásporas de catástrofes climáticas, como a do terremoto devastador que atingiu o Haiti em 2010, as diásporas decorrentes da fuga motivada pela crise e fome, como na Venezuela e Bolívia, e as diásporas de exploração econômica, que mobiliza asiáticos para o Brasil, dentre outras tantas, são campo que demandam atenção para delineamento do perfil multilíngue que vem se construindo no Brasil.

Associado ao conceito de diáspora está o de fronteira. Do ponto de vista físico, o Brasil tem uma área de quase 17 mil quilômetros em que há contato com dez dos 12 países da América do Sul. Mas as fronteiras não se limitam ao físico: há mobilidade entre grupos e culturas. Nesta coletânea, Silva e Karim exploram as relações entre duas cidades que, embora estejam em países diferentes, *Cáceres* no Brasil e *San Matias* na Bolívia, compartilham infraestruturas e recursos, mas existe um campo que a troca é mais sutil, como o da língua. Na fronteira também emerge uma língua, como o portunhol (mais à frente).

Mas se estamos discutindo fronteiras e diásporas, não podemos ignorar o movimento que ocorre internamente no país. Os povos originários do tronco Macro-Jê habitavam os cerrados do Brasil Central e construíam aldeias circulares bem definidas, ocupando grandes porções de terra. Já os povos do tronco Macro-Tupi eram nômades, ocupavam toda a costa brasileira. Daí a emergência de línguas gerais, que foram continuadas pelos tropeiros e bandeirantes, no século XIX.

O século XX é marcado por movimentos migratórios que modificam a configuração populacional brasileira, impulsionados pela urbanização e pela industrialização, com um primeiro momento de saída das regiões rurais e em especial da Região Nordeste para as áreas de atração do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com uma redução nesse fluxo e a formação de novos fluxos, com deslocamentos mais próximos e em direção a cidades médias. No século XXI, os fluxos migratórios que se desenvolveram perdem intensidade, com o movimento de retorno às regiões de origem. Efeitos dessa mobilidade na língua podem ser observados em duas direções, uma que é apontada

por Lucchesi (2017), na perspectiva da homogeneização, e outra na perspectiva da diversidade, assumindo que o português brasileiro tem múltiplos centros polarizadores da norma linguística. Castilho (2010) advoga em favor do caráter pluricêntrico do português brasileiro:

Com a Independência e a ascensão dos brasileiros a cargos governamentais, configurou-se outra variedade de prestígio, e com isso o português culto do Rio de Janeiro, capital da Colônia, e depois do Império e da República, foi considerado como um novo padrão, passando a ser utilizado nos materiais didáticos e mesmo em congressos científicos como a modalidade a ser adotada por quem quer que buscasse prestígio linguístico em sua comunidade. Bem, isso é o que se diz, pois nunca se comprovou por pesquisas empíricas que os brasileiros cultos das diferentes regiões brasileiras falam, ou falaram, de fato como os cariocas.

Com a mudança da capital para Brasília e o desenvolvimento de outras regiões, passou a ocorrer no Brasil uma situação de policentrismo cultural, claramente prevista por Rossi (1968/1969). Hoje é uma tarefa inútil buscar na fala do Rio, de São Paulo ou de qualquer outra região um padrão válido para todo o país. Ao longo desta gramática, tenho repetido que dispomos de diversos padrões linguísticos, cujo prestígio vale para as regiões em que são praticados (CASTILHO, 2010, p. 205-206).

O português é uma língua pluricêntrica (BAXTER, 1992), com uma situação bastante peculiar na qual uma variedade não dominante, o português brasileiro, vem ocupando a posição de dominante, antes atribuída à variedade europeia (SILVA, 2010).⁴ Além da posição de Castilho (2010), há evidências de um processo que eleva o português brasileiro a uma língua pluricêntrica, sem uma única variedade dominante. O capítulo de Siqueira, Faria e Rodrigues, nesta coletânea, contribui para essa discussão, ao explorar o efeito da mobilidade de estudantes universitários no condicionamento de variação morfossintática. Essa é uma direção metodológica que vai na contramão da que é adotada por estudos que provêm argumentos para a padronização do português brasileiro, especialmente aqueles que comparam padrões de comportamento variáveis de acordo com o nível educacional dos falantes.

4 Existem vários indícios dessa mudança, um de grande força é a representatividade numérica do português brasileiro: se o português brasileiro fosse considerado como uma língua autônoma, como se propunha à época da independência, o número de falantes levaria à posição de 10ª língua no Etnologue, enquanto o português falado no resto do mundo ocuparia a 38ª posição, junto com o filipino (FREITAG, 2022).

Em suma, onde tem gente, tem língua. Onde tem língua, tem contatos linguísticos. E onde tem contatos linguísticos, tem marcas. Cabe aos pesquisadores buscar desvelar as marcas, para dar visibilidade à diversidade linguística no Brasil.

1.5 O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL

Se o monolinguismo homogeneizante que faz parte da ideologia do brasileiro foi uma construção artificial imposta pelo Estado, os primeiros passos de abertura para o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil também se materializam nessas intervenções, sendo uma delas o reconhecimento de Libras, como dissemos no início do texto. Mas as ações do Estado na língua podem ser observadas pelas políticas linguísticas.

Nem todas as políticas linguísticas são formuladas como leis. As línguas se tornam lócus de disputas e debates políticos, considerando diferentes olhares sobre a relação entre língua e política, envolvendo desde os discursos oficiais e estatais, até as práticas educacionais e os movimentos identitários. Algumas delas são resultado de decisões, muitas vezes inconscientes e reflexos de ideologias dominantes. Podemos destacar duas delas, nas quais nem sempre pensamos como resultado de uma decisão política: a) ensinar uma língua (ou uma variedade de uma língua) é uma política linguística; e b) descrever uma língua impõe um recorte em que subjaz uma política linguística.

No campo educacional, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), o tratamento da diversidade linguística vem sendo preconizado nos documentos oficiais, como os valores subjacentes às práticas de linguagem e o papel social da escola frente à heterogeneidade linguística.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa', está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. [...] Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla linguística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais (BRASIL, 1998, p. 30).

Na esteira desse movimento pela diversidade linguística, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da área de linguagens, a língua é concebida como dinâmica e multimodal, que não pode ser dissociada do contexto social e do senso de pertencimento. Assim, são direitos de aprendizagem do Ensino Médio “Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza” (BNCC, 2017/2018, p. 494). Essa ação reconhece a diversidade sem um eixo polarizador de norma linguística. A BNCC, ao estabelecer uma parte diversificada do currículo, dá espaço e legitimidade às variedades para se estabelecerem em uma relação não dominante entre si, o que reforça a noção de pluricentrismo do português brasileiro, advogada mais adiante. A noção pluricêntrica do português brasileiro também está presente no Programa Nacional do Livro Didático, que considera as “normas urbanas de prestígio” do português brasileiro: normas plurais, sem uma relação de dominância entre si.

Apesar de evidências empíricas e planificação em documentos norteadores educacionais, a realidade pluricêntrica do Brasil ainda é um obstáculo. Mesmo sendo uma realidade diversificada em termos de variedades, o padrão normativo decorrente de uma tradição gramatical lusitana ainda prevalece (FARACO, 2008). Como aponta Batoreo (2014), ainda há poucos instrumentos linguísticos que aderem plenamente a essa concepção do português brasileiro como língua pluricêntrica, sem uma variedade dominante.

O reconhecimento da diversidade linguística alçado a direito de aprendizagem demanda uma ação articulada que promova o multilinguismo e a diversidade linguística. É preciso assumir que a diversidade linguística é um direito difuso, ou seja, é transindividual, atendendo a uma coletividade. Nessa direção, destacamos as ações de patrimonialização, reconhecimento e valorização da diversidade linguística brasileira promovida pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Decreto 7.387/2010, ao se propor a atuar “como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 1º). As línguas faladas no Brasil, no escopo do INDL, são de seis grupos: indígenas, comunidades afro-brasileiras, imigração, sinais, crioulas e a Língua Portuguesa e suas variações dialetais.

Já foram reconhecidas como Referência Cultural cinco línguas de base indígena (duas línguas do tronco Tupi, Asurini e Guarani M’bya, três línguas da família Karib (Nahukuá, Matipu e Kuikuro Kalapalo), duas línguas de contato (Talian e Portunhol) e uma língua geral Nheengatu.

Ainda como previsto no Decreto Federal 7.387/2010, que instituiu o INDL, vem sendo realizado um trabalho de inventário de línguas brasileiras para seu reconhecimento como Referência Cultural Brasileira. O trabalho vem sendo realizado pela coordenação do IPOL com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ainda com outros parceiros acadêmicos e institucionais que envolvem diferentes universidades e grupos de pesquisa do país, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Espírito Santo; Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo/UFSC; Prefeituras Municipais diversas; agências de fomento nacionais e estaduais entre outros agentes. Até o momento, já foram quatro línguas inventariadas e reconhecidas: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Hunsrückisch; Guaraní Mbya; e Pomerano.

Para um cenário que estima a existência de cerca de 250 a 300 línguas, o número de línguas reconhecidas como Referência Cultural ainda é muito baixo. Faz-se necessário incrementar ações de documentação linguística, o conjunto de procedimentos para a gravação e armazenamento padronizado de uma língua para subsidiar ações de descrição linguística e de revitalização, em especial daquelas línguas consideradas ameaçadas, línguas que não conseguem repor o crescimento vegetativo dos falantes e acabam se perdendo.

Assim, se a consciência linguística popular acerca das línguas brasileiras é de que no Brasil só se fala português, nos últimos 40 anos a pesquisa sociolinguística brasileira tem grande contribuição na construção deste mito. Ao recortar uma agenda de trabalho para caracterizar o português brasileiro com a escolha por descrever o comportamento de falantes urbanos, em especial nas capitais ou grandes cidades, homogeneamente estratificados para garantir comparabilidade, foram sendo invisibilizados os contextos ainda majoritários de uso linguístico de um Brasil múltiplo e diversificado em termos de línguas. A tarefa de dar visibilidade à diversidade linguística exige, no entanto, uma ampliação de repertório metodológico, a fim de considerar as diferentes situações e contatos e das diferentes possibilidades de documentação e descrição linguística. Nesta coletânea, estudos apontam caminhos para essa abordagem.

A articulação de ações de documentação de práticas, descrição linguística e formação de professores são ações para a difusão e revitalização de línguas que retroalimentam as políticas educacionais e culturais que promovem a diversidade. Para o êxito dessas ações, é necessário ampliar a base descritiva da realidade multilíngue brasileira, desvelando a diversidade linguística em situações que ainda são menos prototípicas na agenda de pesquisas da sociolinguística brasileira. Isso requer a ampliação e a combinação de métodos, mobilizando estratégias da dialetologia e da sociolinguística, como propõem Fernando Jesus da Silva e Jocineide Macedo Karim em “O léxico de brasileiros e bolivianos na fronteira entre Cáceres e San Matias: uma análise sobre os efeitos do contato entre o português e o espanhol”, ou uma perspectiva etnográfica, como apresenta Celeste Maria da Rocha Ribeiro em “Panorama Linguístico da Fronteira Franco-Amapaense”.

Outra vertente explorada é a dos estudos da variação linguística situados em comunidades de práticas, ou estudos que consideram as mobilidades entre as práticas na constituição da identidade do grupo, como propõem Manoel Siqueira, Marta Deysiane Alves Faria Sousa e Fernanda Gabrielle Costa Rodrigues em “Sistematizando pa-

drões dialetais morfossintáticos: mobilidade e contato” e Athany Gutierrez, Livia Majolo Rockenbach e Elisa Battisti em “Mobilidade e variação linguística: realização da aproximante retroflexa [ɻ] no português de Passo Fundo, RS”.

Uma outra vertente de pesquisa que se mostra produtiva é a que considera performances públicas, como falas institucionalizadas e programas de mídia, e como se dá a negociação de traços de línguas em contato, considerando os espaços, os turnos e as identidade, em uma abordagem que considera a dimensão interacional e qualitativa da variação linguística, como nos mostram João Pedro Peres da Costa e Beatriz Christino, em “Falantes do Português Kaxinawá em dinâmicas de contato linguístico: um retrato em construção” e Tamires Regina Zortéa e Cláudia Andrea rost Snichelotto em “Marcadores discursivos na fala bilíngue Talian-Português: limites de análise entre empréstimo linguístico, *code-switching* e *code-mixing*”.

Considerar os processos envolvidos na situação de contato, na perspectiva do próprio falante, é a proposta que Karolina J. Zaremba apresenta “Em suas próprias palavras: Translinguagem entre polonofalantes em Cruz Machado, Paraná”.

Dadas as condições sócio-históricas de formação do Brasil, a Região Nordeste é profícua em contatos dos quais podem decorrer crioulos e línguas afro-brasileiras. Silvana Silva de Farias Araújo e Jean Marcel Oliveira Araújo consideram um espaço específico, o recôncavo da Bahia, em “Levantamento das comunidades rurais afro-brasileiras do recôncavo da Bahia: contribuições para futuros estudos sociolinguísticos em comunidades remanescentes de quilombos”. E considerando a dimensão pluricêntrica do português, a investigação de processos em outras variedades apresenta outros parâmetros para comparação de processos, como faz Danielle Kely Gomes em “A monotongação de /ei/ na norma de Maputo”, provendo evidências para a caracterização dos processos de contato pelos quais o português brasileiro já passou. Ainda sobre a África, Alexandre António Timbane provê uma detalhada abordagem sobre a expansão do português em “Reflexões sobre o contato linguístico nos PALOP e a internacionalização da língua portuguesa na África”.

Esperamos que essas proposições possibilitem orientar pesquisas em estudos de contatos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil, considerando a sua realidade multilíngue e diversidade de variedades sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

- BATORÉO, Hanna. Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? *Revista diadorim*, v. 16, p. 01-15, 2014.
- BAXTER, Alan N. Portuguese as a pluricentric language. *Pluricentric languages: differing norms in different nations*, v. 62, p. 11-23, 1992.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 15-62, 2008.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

- CLIFFORD, James. Diasporas. *Cultural Anthropology*, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.
- COHEN, Robin. Diasporas: changing meanings and limits of the concept. *The Handbook of Diasporas, Media, and Culture*, p. 21-30, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola, 2008.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Sociolinguistic Repositories as Asset: Challenges and Difficulties in Brazil. *The Electronic Library*, 2022.
- LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 33, p. 347-382, 2017.
- MORELLO, Rosângela. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, p. 431-439, 2016.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SPINASSÉ, Karen Pupp. Estudos de contato no GT de Sociolinguística. *Revista da Anpoll*, v. 52, n. esp, p. 103-117, 2021.
- SIEGEL, Jeff. Koinés and koineization. *Language in society*, v. 14, n. 3, p. 357-378, 1985.
- SILVA, Augusto da. Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. *Advances in cognitive sociolinguistics*, v. 45, p. 41, 2010.